

RAIMUNDO SIMÃO DE MELO
Procurador Regional do Trabalho
Professor de Direito

A GREVE NO DIREITO BRASILEIRO

Editora LTr

São Paulo, 2006

Localização: 331.109.32(81)
M528g

Código de barras: STJ00064669

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Melo, Raimundo Simão de
A greve no direito brasileiro/ (Raimundo Simão de Melo. – São
Paulo : LTr. 2006.

Bibliografia.

ISBN 85-361-08.11-8

1. Direito do Trabalho – Brasil 2. Greves e “lockouts” – Brasil

I. Título

06-2333

CDU-34:331.89(81)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	13
INTRODUÇÃO	17
CAPÍTULO I — O DIREITO DE GREVE	21
1. A greve no mundo	21
2. A greve na lei brasileira,	23
2.1. Até 1988	23
2.2. Após 1988	21
2.3. As greves no ABC paulista na década de 70 como novo marco histórico	27
2.3.1. Reflexos do golpe militar de 1964, na organização dos trabalhadores	27
2.3.2. As greves de 1978	28
2.3.3. As greves de 1979	30
2.3.4. As greves de 1980	32
2.3.5. A condenação de Lula e de outros dirigentes sindicais em razão da greve de 1980	37
3. A greve na Constituição Federal de 1988	41
4. Conceito de greve	43
4.1 Formas de greve	44
5. Interesses tutelados pela greve e oportunidade para o seu exercício	45
6. Greve política e de solidariedade	48
7. Greve no serviço público	51
7.1 .Greve de policiais militares	54
8. Greve nos serviços e atividades essenciais	56
9. Trabalhadores excluídos do direito de greve	60
10. Limites ao direitos de greve	61
11. Proteção contratos anti-sindicais por motivo de greve	64
12. A posição da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre o direito de greve	66
13. Requisitos para o exercício regular do direito de greve	70
13.1. Convocação realização de assembléia geral da categoria	71
13.2. Cumprimento de <i>quorum</i> mínimo	71
13.3. Do exaurimento da negociação coletiva	71
13.4. Da comunicação prévia	71
13.5. Manutenção de maquinário e de equipamentos em funcionamento	73
13.6. Atendimento das necessidades inadiáveis da	

Localização: 331.109.32(81)

M528g

Código de barras: STJ00064669

comunidade	74
13.7. Comportamento pacífico na greve	76
13.8. Liberdade de trabalho	77
13.9. Paralisação após a solução do conflito	77
14. Direitos e deveres dos grevistas	78
14.1. Meios pacíficos de persuasão dos trabalhadores	78
14.2. Arrecadação de fundos e a livre divulgação do movimento	79
14.3. Piquetes e outros meios de persuasão	80
14.4. Constrangimentos e meios frustrantes da greve	81
14.5. Acesso ao trabalho e dano à propriedade ou pessoa	81
14.6. Determinação de retorno ao trabalho	82
15. Efeitos da greve nos contratos individuais de trabalho	82
15.1 Suspensão contratual e dispensa de trabalhadores durante a greve	83
15.2. Contratação de trabalhadores para substituírem os grevistas	85
15.3. Pagamento dos salários e demais direitos durante a greve	86
16. Abuso do direito de greve	87
17. Responsabilidade decorrentes do exercício irregular do direito de greve	90
17.1. Responsabilidades trabalhistas	90
17.2. Responsabilidade civil	92
17.2.1. Formas de reparação	94
17.3. Responsabilidade penal	95
18. Greve na vigência de instrumento normativo	96
19. Greve ambiental	97
19.1. Conceito de greve ambiental	98
19.2. Finalidade da greve ambiental	99
19.3. Pressupostos para exercício da greve ambiental	101
19.4. Casuística sobre a greve ambiental	104
20. <i>Lockout</i> consequências nos contratos de trabalho	108

CAPÍTULO II – AÇÕES JUDICIAIS SOBRE O DIREITO DE GREVE

1. Dissídio.Coletivo de greve	110
1.1. Legitimidade ativa para ação	111
1.1.1. Dos sindicatos	112
1.1.2. Das comissões de trabalhadores	114
1.1.3. Das federações e confederações sindicais	114
1.1.4. Das centrais sindicais	115
1.1.5. Das associações civis e profissionais	115

Localização: 331.109.32(81)

M528g

Código de barras: STJ00064669

1.1.6. Das empresas individualmente	116
1.1.7. Dos Presidentes de Tribunais	117
1.1.8. Do Ministério Público do Trabalho	117
1.2. Competência para conciliação e instrução	119
1.3. Competência para julgamento	120
1.3.1. Da greve no serviço público	121
1.3.1.1. Conteúdo da decisão judicial nas greves no serviço público	126
1.4. Ordens judiciais de urgência	129
1.4.1 Multas/cominações nas ordens de urgência	131
1.5. Defesa no Dissídio Coletivo de greves	133
1.5.1 Contraditório	134
1.5.2.1 Exceções	135
1.5.3. Reconvenção	135
1.6. Revelia e confissão	137
1.7. Greve abusiva e apreciação das reivindicações	138
1.8. Ajuizamento do Dissídio Coletivo <i>de comum acordo</i>	140
1.8.1. Dissídio Coletivo de natureza econômica	140
1.8.1.1. O <i>de comum acordo</i> : pressuposto processual ou mais uma condição da ação?	143
1.8.1.2. Formas de ajuizamento de Dissídio Coletivo <i>de comum acordo</i>	145
1.8.1.3. Recusa de uma das partes ao ajuizamento do Dissídio Coletivo econômico	146
1.8.2. Dissídio Coletivo de greve	148
1.8.3. Dissídio Coletivo Jurídico e de manutenção de cláusulas anteriores	151
1.9. Natureza jurídica da sentença	152
1.10. Efeito <i>erga omnes</i> da sentença	153
1.1.1. Efeito suspensivo da sentença	154
1.1.2. Decisões <i>extra, ultra e citra petita</i> nas sentenças normativas	156
2. Outras ações judiciais sobre o exercício do direito de greve	158
2.1. Para assegurar o cumprimento das atividades inadiáveis da comunidade	158
2.2. Para desocupação de estabelecimentos	163
2.3. Para assegurar o direito de greve	165
2.4. De reparação dos prejuízos anormais decorrentes da greve	168

CAPITULO III – ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO NAS GREVES 170

1. O novo papel institucional do Ministério Público nas

Localização: 331.109.32(81)

M528g

Código de barras: STJ00064669

relações de trabalho	170
1.1. Como órgão interveniente	173
1.2. Como órgão agente	175
1.2.1 Atuação extrajudicial	175
1.2.1.1. O MPT investigando	175
1.2.1.2. O MPT como mediador/conciliador	175
1.2.1.3. O MPT como árbitro	176
1.2.1.3.1. Formas de arbitragem	178
1.2.2. Atuação judicial	179
1.2.2.1 O ajuizamento do Dissídio Coletivo de greve pelo MPT está restrito às atividades essenciais?	180
1.2.2.2. Somente o MPT poderá ajuizar Dissídio Coletivo de greve em atividades essenciais?	181
1.2.2.3. Quais os pedidos que poderá fazer o MPT nos Dissídios Coletivos de greve?	183
1.2.2.4. Somente por meio de Dissídio Coletivo poderá o MPT atuar judicialmente em caso de greve?	184
1.2.2.5. Competência funcional para julgamento das ações decorrentes da greve	185
 ANEXO I — DECISÃO HISTÓRICA ENVOLVENDO O DIREITO DE GREVE	 187
 ANEXO II — LEGISLAÇÃO PERTINENTE	 209
1. Constituição Federal do Brasil	209
2. Lei n. 7.783/89 — Lei de Greve	210
 BIBLIOGRAFIA	 215
 Obras do autor	 219